

"O Brasil é um País de aspirações mirabolantes"

Laura Fonseca

A explosão da dívida externa brasileira no final de 1982 causou surpresa a todos que não estavam diretamente ligados aos meandros do processo de endividamento rápido que caracterizou o Brasil nos anos 70. A súbita percepção do problema, suficientemente grande para ameaçar o próprio sistema financeiro internacional, resultou numa série ininterrupta de artigos na imprensa internacional, onde jornalistas e analistas econômicos procuram informar a opinião pública de seus países sobre as causas e consequências desta situação. Sem dúvida, nunca o Brasil foi tão "popular" como tema, mas, as críticas são graves e abrangem tanto o governo brasileiro quanto a comunidade financeira internacional quando apontam a imprevidência como o principal fator deste endividamento excessivo.

Warren Hoge, correspondente do New York Times no Brasil durante mais de quatro anos, e de volta recentemente a New York para assumir o novo cargo de editor internacional, escreve: "Os líderes políticos do Brasil apontam a recessão mundial como a causa de sua desgraça, ressaltando ser um fato fora de seu controle. Mas, suas reputações se transformaram de 'milagreiros econômicos' em 'farsantes' com a posição do país entre os banqueiros internacionais caindo de 'cliente preferencial' para o status de 'verdadeiro pária do sistema'".

Muitos banqueiros e financistas brasileiros convivem ainda mais de perto com o problema que lançou o País numa recessão profunda, com um entre cinco trabalhadores sem emprego, uma inflação galopante e uma dívida externa à beira da falência. Curiosamente eles não acusam o presidente João Figueiredo de responsável por esta situação, preferindo apontar o dedo acusador para o mais famoso economista do País, o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto. Os mesmos homens de negócios que aplaudiram sua volta ao poder, em 1979, agora pedem em coro sua cabeça — "alguns pensam que vão conseguir seu intento", diz o artigo do New York Times.

O País está parado, aterrorizado e sem esperança, dizem políticos, banqueiros e empresários brasileiros, segundo Warren Hoge. "Estes comentários representam uma novidade no Brasil, onde a fé no futuro e a convicção no grande destino do País fazem parte do caráter nacional. Trata-se de um País onde as aspirações e sonhos mirabolantes só encontram paralelo na imensa superfície do País, o quinto maior do mundo. O brasileiro sempre teve fé em seu destino de gigante industrial, levantando-se para competir com os Estados Unidos e a Europa".

Para entender como o País chegou a esta situação, mesmo sendo rico em recursos naturais e fadado ao sucesso, é preciso voltar o relógio para os primeiros anos de Delfim Netto como ministro do Presidente Médici. Nesta ocasião, o plano do "milagre" se tornou uma realidade feliz — seis anos de crescimento econômico médio de 10 por cento ao ano comenta Warren Hoge. "Não podemos esquecer, porém, que estes, foram os piores anos de repressão militar no ciclo que se iniciou em 1964. E o Sr. Delfim estava livre para agir sem a intervenção da imprensa ou a vigilância da opinião pública, sem a ameaça de agitação trabalhista que hoje já existe no País".

E prossegue: "Com a censura rígida sobre a sociedade inteira e os opositores políticos exilados ou com direitos políticos cassados, ninguém estava em condições de questionar abertamente os gigantescos empréstimos estrangeiros que acelerariam o período de bonança, já visível no horizonte, conforme explicava o governo. A corrupção correu solta no âmbito governamental e muito menos recursos foram utilizados nos projetos de desenvolvimento do que alegou o Sr. Delfim na época".

Em 1973, a dívida externa brasileira havia chegado a US\$ 12,6 bilhões, três vezes o montante anterior ao período Delfim, mas, ninguém parecia notar que os números eram altos, porque neste mesmo ano o País bateu todos os seus recordes anuais de crescimento — 14 por cento. Enquanto isto, a comunidade financeira internacional ignorou a importância do salto de preços de petróleo, neste ano, para um País como o Brasil que importava 80 por cento deste combustível. Cego para as consequências, o governo permitiu que o consumo de petróleo subisse mais de 40 por cento entre 1973 e 1979. Bancos internacionais, ansiosos por emprestar a inundação de petrodólares no mercado financeiro, considerou o Brasil como um País em franco desenvolvimento e com um governo militar estável.

O colunista do New York Times explica que, quando Geisel assumiu o poder e iniciou uma série de projetos industriais gigantescos, ele encontrou os banqueiros prontos para emprestar as somas pretendidas. As velhas noções conservadoras dos militares sobre uma presença reduzida na economia do País cederam lugar ao desejo de centralizar o poder econômico e uma verdadeira onda de empresas estatais foram criadas ou expandidas, todas com nomes enfônicos terminados em "brás" como Petrobrás, Nuclebrás, Portobrás, Siderbrás e mais 350 outras. Estas companhias estatais representaram 70 por cento dos custos governamentais em 1982, empregam quase 1,4 milhão de pessoas e são responsáveis por cerca de metade da produção de bens e serviços do País, bem como por alguns de seus maiores problemas.

"Os escalões superiores destas empresas foram preenchidos com militares aposentados, que criaram mordomias generosas e criativas. Empregados recebiam bonus simplesmente por assiduidade e os altos funcionários tinham participação nos lucros anuais das empresas, mesmo quando eram deficitárias. Estas es-

O ex-correspondente do "New York Times" no Brasil, Warren Hoge, diz que os líderes brasileiros tiveram suas reputações transformadas de "milagreiros econômicos" para a de "farsantes", com a posição do País entre os banqueiros internacionais caindo de cliente preferencial para o status de "verdadeiro pária do sistema". Diz ainda que os mesmos homens de negócios que aplaudiram a volta de Delfim Netto ao poder, em 1979, agora pedem em coro a sua cabeça.



FORTUNE

BANKING/DAVID B. TINNIN

THE WAR AMONG BRAZIL'S BANKERS

■ DÍVIDAS EXTERNAS

Os bancos têm medo de ficar a ver navios

Países credores realizam programas de emergência para devedores

A crise internacional das dívidas externas e os vários pedidos de rescalonamento e adiamento de pagamento apresentados por países em desenvolvimento e do Leste Europeu têm dado manchetes na imprensa internacional desde há vários meses.

Hannoversche Allgemeine

SINKING DEEPER

Estimated total foreign debt at year-end 1983 in billions of dollars



Repercussão da dívida externa brasileira no Exterior: "A guerra entre banqueiros do Brasil" (Fortune); "Afundando cada vez mais" (Time Magazine, com o total das maiores dívidas externas na América Latina até o final de 1983); artigo do Hannoversche Allgemeine, traduzido e transcrito na Tribuna Alemã, boletim publicado no Brasil.

tatais ineficientes se tornaram grandes devedoras internacionais, gerando imensos déficits públicos, que hoje representam a maior preocupação do FMI, que está tentando compromissar o governo brasileiro a reduzi-lo drasticamente".

Segundo Warren Hoge, quando Figueiredo assumiu o poder, já estava claro que o País tinha investido demais em projetos de infra-estrutura de longa maturação. Apesar de tudo, um último grande projeto — Carajás — recebeu luz verde com uma um preço estimado de US\$ 61 bilhões. O Sr. Delfim, que esteve fora do governo durante o período Geisel, reapareceu em março de 1979 como Ministro da Agricultura. Em setembro, porém, já havia ascendido ao posto de Ministro do Planejamento. A princípio o País cresceu, mas, logo viu-se às voltas com uma inflação crescente, e ficou espremido entre as altas taxas de juros internacionais e as dificuldades de exportar seus produtos por causa da recessão mundial. No ano passado, com as crises do México e da Argentina, a situação estourou, e o Brasil teve que apelar para o FMI, em negociações sucessivas que não terminaram até hoje.

O principal empecilho vem sendo uma falta de confiança nas estatísticas oficiais. Warren Hoge arrisca a especulação de que o "time econômico" brasileiro deve ser substituído para recuperar a credibilidade dos banqueiros internacionais e cita Yves Laulan, da Société Générale (grande banco francês): "O Brasil tem uma extraordinária capacidade de contar histórias da carochinha. O que realmente aconteceu neste ano todos e com todo este dinheiro? Delfim e seus assessores nos contam fábulas e mexericos. Eles anunciam que a inflação vai baixar e ela sobe. Cada vez acontece o contrário do que prometem. A comunidade financeira internacional tem grande confiança no potencial do País, mas, a perda de credibilidade nos atuais negociadores é total".

O colunista do New York Times, termina seu longo artigo com uma resposta de Delfim Netto a todas estas críticas: "O mundo inteiro está devendo US\$ 700 ou 800 bilhões. Porque cerca de 30 países acorreram ao FMI pedindo socorro, neste último ano? Será que tudo isto resulta de má administração? Será possível que todos estes países têm um Delfim Netto, cada um seu próprio Delfim?"

Outros articulistas não se preocupam em analisar as causas, preferindo concentrar sua atenção nas negociações da dívida externa brasileira, que vem sendo objeto de inúmeros artigos bastante detalhados, especialmente na imprensa norte-americana, alemã, francesa e britânica. É interessante observar que estas matérias jornalísticas, sempre pessimistas em relação ao futuro do País, às vezes realmente apocalípticas, agravam a grande preocupação dos cidadãos brasileiros que moram no exterior. E o caso, por exemplo, do médico Paulo R. Barros, que escreveu uma carta ao Ministério do Planejamento — via Jornal de Brasília — propondo a adoção de um plano para a renegociação da dívida externa do País, baseado num artigo do "Chicago Tribune", assinado por Werner Baer, um professor de economia da Universidade de Illinois.

Em sua coluna, Werner Baer, critica asperamente o programa de austeridade econômica preconizado pelo FMI ao Brasil, dizendo que ele ameaça o processo de abertura política no País e a estabilidade social. "Segundo ele, é impensável que o Brasil continue imerso na recessão porque as consequências em desemprego, paralisação de investimentos e diminuição de importações representa um cenário injusto. "O remédio da austeridade é o preço que o País precisa pagar por ter vivido acima de seus meios representa uma explicação simplista do problema, uma vez que não

leva em consideração a outra 'parte culpada' — os bancos internacionais, ansiosos demais em emprestar dinheiro, e os próprios governos dos países industrializados que seguiram políticas de aumento de taxas de juros e protecionismo. Não é justo que o Brasil pague sozinho este preço, também não é do interesse dos Estados Unidos ver deteriorar o cenário político-social do País".

Werner Baer propõe como solução, em primeiro lugar, um esforço de "renascimento do comércio internacional". Paralelamente, a criação de um órgão internacional, com amplo respaldo dos bancos centrais dos países credores, que deveria comprar a maior parte da dívida brasileira com os bancos privados. Em seguida este órgão renegociaria esta dívida em três pontos: 1) perdooaria o pagamento dos juros por um período de 5 anos; 2) amortizaria os pagamentos em 10 anos; 3) estenderia a liquidação da dívida por um período de 20 a 25 anos.

Segundo o articulista do Chicago Tribune — talvez o norte-americano que mais conheça o Brasil — este esquema resolveria os problemas de todo mundo. Daria ao Brasil a possibilidade de usar os saldos comerciais para importar equipamentos e fazer investimentos, ao invés de pagar o serviço da dívida, beneficiando os Estados Unidos e países industrializados que poderiam vender seus produtos. Como o financiamento viria dos Bancos Centrais e não dos contribuintes, não haveria objeções políticas internas ao esquema. O único inconveniente pode ser o aumento de liquidez mundial que teria efeitos inflacionários. Como existe no mundo, neste momento, uma grande capacidade produtiva ociosa, um aumento de créditos e oferta de dinheiro, não aumentaria muito a inflação. Também se poderia cuidar para que os pagamentos do novo órgão internacional aos bancos privados não fossem feitos de uma vez, e sim escalonados durante 5 anos. Finalmente, para que "o novo espaço para respirar" não viesse a produzir abusos do governo brasileiro, o órgão exigiria um plano de investimento consistente com o crescimento doméstico e internacional".

Sob o impressionante título "Os bancos têm medo de ficar a ver navios", o jornal alemão Hannoversche Allgemeine publicou, recentemente, um longo artigo em que analisa as operações de emergência dos grandes bancos privados, dos bancos Centrais e do FMI para salvar as finanças de países endividados como Brasil, México, Argentina, Chile, Peru, Polónia e Iugoslávia. "Os bancos temem pelas centenas de bilhões de dólares que têm a cobrar dos países subdesenvolvidos. Uma declaração de falência de um grande país devedor, como o Brasil, poderia provocar uma reação em cadeia de consequências imprevisíveis para o sistema financeiro internacional".

Segundo o artigo, consta que o presidente do FED (Banco Central dos EUA), Paul Volcker, tem em sua escrivaninha um plano de emergência a ser acionado em caso de perigo extremo. O plano previria uma injeção maciça de recursos para os grandes bancos americanos em caso de inadimplência de um importante devedor. Em alguns casos, a dívida ativa dos bancos americanos, somente na América Latina, chega ao dobro de seus recursos próprios, e eles não sabem quando nem quanto receberão de volta estes empréstimos. O New Yorker Citibank lidera a tabela com US\$ 37,4 bilhões. A seguir, o Chase Manhattan com US\$ 26,6 bilhões, o Bank of America, com US\$ 26,4 bilhões e Manufacturers Hanover Trust (US\$ 20 bilhões) e o Morgan Guaranty (US\$ 18,4 bilhões).

O jornal alemão afirma que o banco de seu país e de outras nações européias também têm muito dinheiro

empatado, embora menos do que os norte-americanos na América Latina e no Leste Europeu. E afirma: "Todas as operações de ajuda já empreendidas em relação aos países devedores visam, em primeiro lugar, impedir o pior — o colapso do sistema financeiro".

Segundo o artigo, Volcker está convencido de que a situação só pode ser vencida com a cooperação estreita de todas as partes. "Quase diariamente chegam notícias de que o Brasil pretende declarar a moratória, embora tal medida possa levar a duras represálias, como o confisco de bens e valores brasileiros no exterior por parte de credores irados, suspensão de exportações, bloqueio financeiro e outras ações do gênero.

Na hipótese de moratória de um único país devedor importante, as potências industriais pretendem impedir, em qualquer maneira, o "contágio" de outros países. No entanto, os países devedores latino-americanos também sabem que uma ação conjunta face aos credores reduz o risco de represálias, diz o Hannoversche Allgemeine. "Esta eventualidade teria consequências imprevisíveis para os mais de 1500 bancos que operam no mercado financeiro internacional. Para evitar falências generalizadas, os governos seriam obrigados a intervir maciçamente fornecendo recursos de seus cofres públicos. Inevitável seria, então, uma inflação galopante".

Todas as partes interessadas têm envidado esforços no sentido de prevenir tal desenrolar de acontecimentos. As ações de assistência em benefício do México, Brasil e Argentina são exemplos típicos destes esforços, prossegue o artigo. "Também o FMI cumpre com seriedade seu papel de polícia internacional das políticas econômicas e pode congelar créditos já concedidos, caso os países receptores não se atenham às providências para a redução dos déficits orçamentários das subvenções para o combate à inflação e outras medidas".

A revista Fortune publicou, recentemente, um longo artigo em que David B. Tinnin analisa "A Guerra entre os Banqueiros do Brasil", relatando a luta nos bastidores entre os grandes bancos e seus sócios regionais para levantar a quantidade crescente de dólares que o Brasil vem precisando para rolar sua dívida e evitar uma falência. "Todos estão interessados em salvar o Brasil, mas, os grandes bancos estão tão comprometidos que nem podem pensar em se desligar do acordo global. Quanto aos regionais, eles podem optar entre perder um pouco hoje ou arriscar-se a perder ainda mais amanhã ou, numa hipótese mais otimista, reganhar seus ativos".

Tinnin aborda um fato pouco conhecido do leitor brasileiro — os grandes lucros que alguns bancos norte-americanos que operam comercialmente no Brasil vêm obtendo, em suas atividades dentro do país, apesar da recessão brasileira e da crise em quase todos os setores. "O Citibank tem uma carteira de US\$ 4,6 bilhões em atividades nos Estados Unidos e US\$ 1 bilhão em suas sucursais no Brasil. Os US\$ 4,6 bilhões representam 83 por cento de seu capital, mas, a fatia brasileira é a maior em operação fora dos Estados Unidos, e aquela que tem dado os maiores lucros para o Banco. No ano passado, as atividades bancárias realizadas internamente no Brasil deram um lucro de US\$ 287 milhões para o Citibank, ou seja 22 por cento do total dos lucros do banco neste ano".

Outros bancos norte-americanos com permissão para operações comerciais, como o Chase Manhattan, associado ao Lar Brasileiro, mostram balançetes semelhantes, com grandes lucros obtidos em movimento bancário interno no Brasil, relata o artigo. "No cenário mais negro, caso o Brasil venha a repudiar sua dívida externa e nacionalizar os ativos financeiros estrangeiros no país, o capital de giro do Citibank seria totalmente remota. Esta possibilidade é muito remota, mas, o FED certamente montaria uma operação-resgate, se o futuro do banco estivesse ameaçado".

O articulista da revista Fortune, relata uma importante reunião em que Paul Volcker se encontrou com os presidentes dos cinco bancos mais envolvidos em negócios com o Brasil — Citibank, Chase Manhattan, Bankers Trust, Chemical Bank e Manufacturers Hanover. O presidente do FED lhes disse que, tanto ele como o presidente do Bank of England, estavam preocupados com os problemas do Brasil, que ameaçavam todo o mercado interbancário internacional. "Os brasileiros não têm dinheiro vivo e existem boatos de que podem congelar os fundos interbancários em seu poder, uma medida que pode sacudir a confiabilidade mundial na segurança dos depósitos entre bancos. Volcker disse aos banqueiros que eles teriam que resolver o problema brasileiro, e rapidamente".

De todos estes relatos e opiniões o leitor certamente pode tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, a dívida externa do Brasil é tão grande que ameaça todo o sistema financeiro internacional. Portanto o governo brasileiro não precisa aceitar termos de negociação do FMI ou dos Bancos que levem à asfixia econômica do país, o Brasil tem caife para impor condições e apresentar propostas que sejam convenientes ao seu próprio programa. Em segundo lugar, a moratória pode ter consequências graves para o país, mas, a medida encerra perigos ainda maiores para os bancos credores, representando uma arma de negociação. Finalmente, é chegada a hora de uma renegociação global da dívida, a longo prazo, por que nem o país, nem seus credores suportam mais as tensões de uma rolagem quase diária de créditos. O Brasil reúne condições de sentar à mesa de seus credores e montar um esquema de solução definitiva de sua dívida. Quem sabe uma equipe econômica nova teria mais credibilidade internacional? Delfim anda muito desgastado.